

CAE

Fusão de empresas será tema de debate

O presidente do Cade, Gesner Oliveira, e o secretário de Direito Econômico, Paulo de Tarso Ramos, comentam amanhã processos de fusão de empresas.

PÁGINA 5



O plenário vota amanhã projeto que isenta quatro milhões de empresas do pagamento de impostos, contribuições e taxas públicas, inclusive o Imposto de Renda

Senadores votam amanhã Estatuto da Microempresa

O substitutivo da Câmara a projeto do senador José Sarney amplia os limites de faturamento de micro e pequenas empresas e simplifica os procedimentos burocráticos para enquadramento no regime tributário denominado “Simples”

CAS

Tavares expõe proposta para área social

O ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, explica amanhã, em audiência pública, aplicação de recursos do Orçamento da União na área social.

PÁGINA 2

Congresso aprecia vetos a 60 projetos

PÁGINA 3

CCJ



A CCJ dará prosseguimento, nesta semana, à votação de projetos da reforma político-partidária

COMISSÃO DISCUTE PROJETOS DESTINADOS A LIMITAR A CRIAÇÃO DE CÃES PIT BULLS

O futuro dos cães da raça pit bull começa a ser definido na quinta-feira, quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa dois projetos: um que proíbe termi-

nantemente a criação desses cães e outro que admite sua criação, mas limita a circulação dos animais em locais públicos. A comissão aprecia ainda projetos da reforma política.

PÁGINA 5

O plenário aprecia amanhã o projeto que cria o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do senador José Sarney, que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, isenta cerca de 4 milhões destas empresas do pagamento de contribuições, taxas públicas e impostos, inclusive o Imposto de Renda. A nova versão do projeto considera microempresas as que tenham faturamento anual de até R\$ 244 mil, e pequenas empresas as que movimentem até R\$ 1,2 milhão. Além de aumentar os valores para enquadramento de micro e pequenas empresas, os deputados simplificaram os procedimentos burocráticos para registro das empresas, assim como as exigências para seu enquadramento no regime de declaração de tributos denominado “Simples”.

PÁGINA 3

Ministro depõe sobre verbas para área social

Martus Tavares participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, amanhã às 17h. Na quarta-feira, a CAS tem outra reunião para analisar mudanças na CLT que conferem estabilidade ao portador do vírus HIV

O ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, participará de audiência pública amanhã, às 17h, para falar sobre os recursos do Orçamento da União destinados à área social. A audiência foi convocada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tem outra reunião marcada para a quarta-feira, às 9h, quando será analisado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a estabilidade do empregado portador do vírus HIV.

Os senadores também apreciam a proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

Entre outros assuntos, consta ainda da pauta projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador.

ACM apóia voto de censura à Indonésia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoiou o voto de censura do Senado, transmitindo ao governo da Indonésia "a indignação do povo brasileiro" com



Antonio Carlos Magalhães apoiou o voto

a violência que atinge a população do Timor Leste. "Sou favorável, pois o povo do Timor tem o direito de se manifestar livremente e não podemos aceitar a violência que está sofrendo", declarou o senador. O requerimento foi apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) e votado pelo plenário na quinta-feira.



SEGUNDA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1999

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (14.9.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Substitutivo da Câmara ao PLS nº 32/96, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; PDL nº 106/97, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Educadora de Guajará-Mirim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Guajará-Mirim (RO); PDL nº 116/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina (PR); PDL nº 125/99, aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, com vistas à adesão pelo governo brasileiro; Requerimento nº 446/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 365/99 com os de nºs 20 e 25, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Bonfim (RR); Requerimento nº 447/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 363/99 com os PLS nºs 17 e 46, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Normandia (RR); Requerimento nº 472, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta de todos os projetos de resolução que tenham por finalidade alterar o Regimento Interno do Senado Federal; Requerimento nº 473/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs. 4, 7, 16, 34, 36, 43, 44, 57, 59, 65, 67, 80, 81 e 85, de 1999, por versarem sobre alterações no Regimento Interno do Senado Federal; e Requerimento nº 432/99, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs 16 e 59, de 1999, por versarem sobre o arquivamento de proposições em tramitação no Senado.

Quarta-feira (15.9.99)

10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 63/95, estabelece a revisão obrigatória da Declaração do Imposto sobre a Renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; PDL nº 13/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sant'Ana de Tianguá Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tianguá (CE); PDL nº 121/98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Mater et Magistra de Londrina (Rádio Alvorada de Londrina) para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina (PR); Requerimento nº 448/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 361/99 com os PLS nºs 21 e 52, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre criação da Escola Agrícola Federal de Caroebe (RR); e Requerimento nº 449/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 45 e 366, de 1999, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Cantá (RR).

Quinta-feira (16.9.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; Requerimento nº 450/99, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 37/99 com o PLS nº 36/99, por versarem sobre fundos e programas de apoio à cultura; e Requerimento nº 475/99, do senador Tião Viana, solicitando a retirada em caráter definitivo do PLS nº 283/99, de sua autoria, que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença.

Sexta-feira (17.9.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (14.9.99)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição federal;

*PLS nº 74/99, acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 40 da Lei nº 6.345/77, que dispõe sobre as entidades de previdência privada; *PR nº 89/99, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas; *PLC nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; *PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; *PLS nº 433/99, acrescenta parágrafos ao art. 34 da Lei nº 9.249/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; *PLS nº 405/99, altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; *PLS nº 251/99, que dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas à distribuição a pessoas carentes; e *PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do IPI incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; PLS nº 360/99, que denomina "Governador Edmundo Pinto" trecho da rodovia BR-364; PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; e *PDLs nºs 110, 149, 113, 143, 86, 138, 150, 88, 67, de 1999, e PDL nº 3/96, que aprovam atos que renovam a permissão e concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição de Gesner Oliveira, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, secretário de Direito Econômico, acerca dos processos de fusão em curso na economia brasileira, com enfoque especial para o caso da Brahma & Antarctica. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para que sejam discutidos os recursos do Orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento através da disponibilização de financiamentos externos para alívio da pobreza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PDL nº 15/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os governos do Brasil e da República da Guiné-Bissau; PDL nº 17/98, aprova o texto do Acordo sobre Transportes Fluviais Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; PDL nº 18/98, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício do Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da República Tcheca; PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Correria do Mercosul, assinado em Fortaleza, em 17.12.96, bem como o respectivo Anexo, assinado em Assunção em 18.6.97; *Requerimento s/nº, do senador Tião Viana, solicitando sejam realizadas audiências públicas, nos moldes de um seminário, sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?"; *Requerimento s/nº, do senador Roberto Freire, solicitando a convocação dos ministros Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores, e Elcio Alvares, da Defesa; Cleuber Vieira, general e comandante do Exército; Sérgio Chagas Teles, almirante-de-esquadra e comandante da Marinha; e Walter Werner Brauer, tenente-brigadeiro e comandante da Aeronáutica, para prestar informações da posição brasileira acerca da tentativa de regionalização pelos Estados Unidos dos conflitos internos da Colômbia, bem como da ingerência norte-americana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico; e *Requerimento s/nº, do senador Mozarildo Cavalcanti, que, considerando requerimentos anteriores dos senadores Tião Viana e Roberto Freire e objetivando dar mais ênfase e organização ao tema "Amazônia e Defesa Nacional", requer sejam convidados a falar sobre o assunto os ministros Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores; Elcio Alvares, da Defesa; José Carlos Dias, da Justiça; Clóvis de Barros Carvalho, do Desenvolvimento; e Fernando Gonçalves Bezerra, da Integração Nacional.

Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7
Quarta-feira (15.9.99)

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 73/96, revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho; *PLC nº 60/95, que institui a Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço aos empregados em geral; *PLS nº 267/99, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nº 234/99, que estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; *PLS nº 31/99, que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; *PLS nº 269/99, que estabelece normas para a destinação final de garrafas e outros embalagens; *PLS nº 206/99, que institui o Programa de Complementação Alimentar às Famílias Carentes (Pró-Alimentar); *PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; *PLS nº 493/99, que autoriza a criação do Conselho Federal e dos conselhos regionais dos Técnicos Industriais; *PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; *PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas; e *PLS nº 131/99, acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas possíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998; *PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; *PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo aos artigos 28 e 29 da Constituição federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares; *PEC nº 32/99, acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; *PLS nº 61/99, altera a redação do artigo 46 da Lei nº 9.504/97; e *PEC nº 15/99, altera os arts. 28, caput, 29, inciso III, e 82 da Constituição federal, para fixar a posse do prefeito, governador, presidente da República e respectivos vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h - CPI do Sistema Financeiro

Depoimentos: Júlio Bazano, diretor do Banco Bazano, Simonsen, e Yssuyuki Nakan. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Quinta-feira (16.9.99)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 66/99, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; emendas de Plenário nº 3 e 4 oferecidas ao "PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; emenda de Plenário nº 2 ao "PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); *PLS nº 73/99, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal do proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos; *PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães de raça pit bull; e *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



A Comissão de Relações Exteriores também discutirá dois requerimentos, propostos por senadores, para a realização de seminários

CRE vai analisar dez acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para examinar 10 projetos de decreto legislativo (PDL) referentes a acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro, em sua maioria com países latino-americanos. Dos acordos, quatro são com a Argentina e tratam de cooperação nas áreas de transporte fluvial fronteiriço e de integração cultural, além do funcionamento do Centro Único de Fronteira entre São Borja (RS) e São Tomé, na Argentina, e a isenção de vistos para turistas dos dois países.

A CRE deverá votar requerimento de Tião Viana (PT-AC) para a realização do seminário "A Amazônia, patrimônio ameaçado?", em três audiências públicas. O requerimento de Viana solicita que sejam convidados para falar sobre o tema o ministro de Meio Ambiente, José Sarney Filho; o padre Paolino Baldarassi; o comandante do Exército, general Gleuber Vieira; o ministro das Relações

Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM); e o diretor-executivo da organização ambiental Greenpeace, Roberto Kishiami.

Roberto Freire (PPS-PE) também apresentou requerimento solicitando a convocação dos ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e da Defesa, Elcio Alvares, e dos comandantes do Exército, general Gleuber Vieira, da Marinha, almirante-de-esquadra Sérgio Chagas Teles, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Walter Werner Brauer, para "prestar informações da posição brasileira acerca da tentativa de regionalização pelos Estados Unidos dos conflitos internos da Colômbia, bem como da ingerência norte-americana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico".

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitou que também sejam convidados para o seminário sobre a Amazônia os ministros da Justiça, José Carlos Dias, do Desenvolvimento, Alcides Tápias, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

Missão se impressiona com modernização do Senado

Para o senador francês Jacques Oudin, em poucos lugares do mundo, o Senado desenvolveu tanto as áreas de informatização e comunicação quanto no Brasil. À frente de uma missão do Senado francês ao Brasil, ele elogiou também o serviço *Voz do Cidadão*, pelo qual qualquer pessoa pode fazer chegar sua opinião aos parlamentares.

Oudin e os senadores Luc Dejoie, Marc Masson e Joël Bourdin visitaram as instalações da Rádio Senado e da TV Senado na sexta-feira. Eles também ouviram do consultor-geral do Orçamento do Senado, José Rui Gonçalves de Lima Filho, explicações sobre a legislação orçamentária no Brasil.

O chefe da comitiva destacou as transmissões ao vivo e o funcionamento 24 horas por dia da TV Senado e da Rádio Senado. Ressaltou também a tiragem diária de 50 mil exemplares do *Jornal do Senado*. "O Senado brasileiro quis empreender uma política de comunicação que realmente atingisse toda a sociedade e deve ser um dos primeiros do mundo nos esforços realizados neste setor", afirmou Oudin.

Na Rádio Senado, os senadores ouvi-

ram exposição do diretor da emissora, jornalista Sílvio Hauangen. Ficaram particularmente impressionados com a transmissão do sinal via Internet, que torna a Rádio Senado acessível em qualquer parte do mundo. Depois, percorreram as instalações da TV Senado acompanhados pelo diretor de Integração e Divulgação da Secretaria de Comunicação Social, jornalista Helival Rios.

A delegação também teve boa impressão da estrutura que permite ao Senado desenvolver as suas atividades-fins, informou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, que recebeu a comitiva na tarde de quinta-feira.

Carreiro explicou que, para saber do que acontece no plenário e nas comissões, o parlamentar dispõe da Rádio e da TV Senado, que fazem transmissões ao vivo, podendo acessar ainda um sistema fechado de divulgação das ações da Casa, o sistema VIP (Vozes e Imagens dos Plenários). Ele acrescentou que qualquer cidadão pode acompanhar a tramitação de uma proposta legislativa no Senado, via Internet, meio pelo qual se pode saber também de tudo que acontece na instituição.

Plenário aprecia novas regras para microempresas

Na quarta-feira, senadores analisarão projeto que estabelece a revisão obrigatória das declarações de renda de ocupantes de cargos eletivos

O plenário vota amanhã substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O documento isenta cerca de 4 milhões de empresas do pagamento de contribuições, taxas públicas e impostos, inclusive o Imposto de Renda.

O projeto de José Sarney retornou ao Senado depois que os deputados fizeram algumas alterações em seu conteúdo. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) concordou com as mudanças da Câmara dos Deputados e recomendou ao plenário sua aprovação, permitindo que ele seja enviado à sanção do presidente da República.

O estatuto estabelece que serão consideradas microempresas as firmas individuais ou pessoas jurídicas com faturamento anual de até R\$ 244 mil. Já para enquadramento como pequena empresa, o faturamento não poderá passar de R\$ 1,2 milhão. O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), observou durante a votação da matéria na CAE que os deputados aprimoraram a iniciativa de Sarney.

Além de aumentar os valores para



José Sarney foi quem propôs o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte



Bello Parga elogiou as mudanças feitas pela Câmara no texto sugerido por Sarney

enquadramento de micro e pequenas empresas, os deputados simplificaram os procedimentos burocráticos para registro das empresas, assim como as exigências para seu enquadramento no regime de declaração de tributos denominado "Simples".

O plenário do Senado votará na quarta-feira projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que a Secretaria da Receita Federal faça a revisão obrigatória nas declarações de renda dos deputados, vereadores, senadores, prefeitos, governadores e pre-

sidente da República, além de ministros, dirigentes partidários e dirigentes de empresas estatais.

Nessa revisão, os fiscais da Receita deverão comparar as declarações das autoridades com os eventuais sinais exteriores de riqueza apresentados pelos declarantes, recorrendo inclusive a extratos e movimentos de contas bancárias. Para isso, de acordo com a proposta, os ocupantes desses cargos deverão submeter-se à quebra automática do sigilo de suas contas em bancos.

Congresso examina vetos em 60 projetos

Os deputados e senadores se reunirão em sessão conjunta na manhã de quarta-feira para apreciar vetos que o presidente da República fez em 60 projetos aprovados pelos parlamentares. Entre os vetos, encontram-se 127 trechos do Código de Trânsito Brasileiro.

Pela Constituição, o presidente pode

vetar integralmente um projeto ou cortar apenas artigos, parágrafos ou incisos. A decisão presidencial é remetida à apreciação dos deputados e senadores, enquanto o texto não vetado se transforma em lei. Caso não concordem, os parlamentares podem manter o trecho suprimido, desde que consigam o voto de

metade da Câmara e do Senado.

Dado o grande número de vetos, a votação será feita em cédula única, onde constarão todos os vetos e as opções "sim" ou "não". A apuração será feita pelo Centro de Processamento de Dados e Informática do Senado (Prodasen).

CE pode criar Semana da Criança Excepcional

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se amanhã, a partir das 11h30, quando deverá apreciar projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. A matéria tem parecer favorável, com emenda, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

A comissão também apreciará projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que cria o selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional. A proposta tem parecer favorável, com emenda, do senador Sebastião Rocha. Outros projetos a serem analisados dão nomes a trechos de rodovias federais e a uma escola técnica federal.

Os integrantes da comissão examinarão ainda dez projetos de decreto



Outra proposta que será apreciada pela Comissão de Educação é a instituição do Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária

legislativo que aprovam a renovação de concessões e permissões de emissoras de rádio de São Paulo, Minas Ge-

rais, Rio Grande do Sul e Bahia. Todos os projetos têm parecer favorável dos relatores.

Luiz Otávio critica CEF por excluir Pará do Programa de Arrendamento Residencial

O fato de nenhum município do estado do Pará ter sido incluído no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal (CEF) levou o senador Luiz Otávio (PPB-PA) à tribuna na sexta-feira, para cobrar explicações do presidente da instituição. O representante paraense contestou explicação do superintendente de Negócios da CEF no estado, Carlos Roberto Pereira, de que o motivo da exclusão do Pará estaria na inadimplência daquele estado junto à instituição financeira.

— O Pará tem 4% da inadimplência de todo o país com a Caixa. O Rio de Janeiro é responsável por 44% e São Paulo por 18% — afirmou, apresentando dados do Tribunal de Contas da União.

Luiz Otávio disse que o PAR conta com R\$ 3 bilhões para financiamentos habitacionais, R\$ 2,45 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e R\$ 550 milhões de fundos públicos, e salientou que, entre capitais e outras cidades incluídas em listagem divulgada pela CEF na Internet, não consta nem mesmo Belém. O município de Arapiraca, em Alagoas, menor e com menos habitantes, teria sido beneficiado com uma linha de crédito no valor total de R\$ 30 milhões, conforme comparou Luiz Otávio.

Na opinião do senador, “a direção da Caixa parece sensível aos que criticam o governo” e há burocratas dentro da máquina pública “que enterram o governo”, bloqueando de-



Luiz Otávio lembrou que o Pará é responsável por apenas 4% da inadimplência com a Caixa

terminações do próprio presidente da República. “É inadmissível que os estados governistas não sejam aquinhoados”, acrescentou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o governo federal tem tratado a questão habitacional não à luz do déficit de moradias existente no país, mas em função dos interesses de sua base de sustentação. Ela informou que a prefeita de Arapiraca é do PSDB e o vice, do PFL.

Também apartando, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), após ser informado de que o prefeito de Belém é do PT, perguntou se a capital não estaria sendo discriminada exatamente por isso, o que de fato seria inaceitável, disse, concordando com Luiz Otávio.

João Alberto registra os 387 anos de São Luís

Os 387 anos da capital do Maranhão, São Luís, foram registrados pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que fez um breve histórico da fundação da cidade, pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasily, em 8 de setembro de 1612, e lembrou o sofrimento dos índios e negros escravizados que contribuíram para sua construção.

— A autenticidade da alegria de hoje funda-se no conhecimento e no respeito pela história, feita por aqueles que nos precederam. É uma alegria responsável porque projeta para o futuro, sem desconhecer as mazelas do passado — afirmou o senador.

Após admitir que São Luís sofre hoje os mesmos problemas das grandes metrópoles, João Alberto destacou os esforços da governadora Roseana Sarney para proporcionar à comunidade o bem-estar no campo da infra-estrutura econômica e social, da saúde, da educação, da habitação, do



João Alberto destacou esforços da governadora Roseana Sarney para garantir infra-estrutura à cidade

trabalho e do lazer.

— Por minha vez, como representante do estado do Maranhão no Senado Federal, não pouparei esforços para bem servir aos meus conterrâneos, dos que moram na capital ou nas cidades menores e dos que habitam os ermos ainda solitários do interior — proclamou o senador.

Nabor protesta contra corte de aposentadorias

Cancelamento do pagamento de benefícios a ex-soldados da borracha é visto pelo senador como “insensibilidade” do governo

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) protestou contra a decisão do Ministério da Previdência e Assistência Social que determinou o cancelamento de milhares de aposentadorias de trabalhadores rurais e de ex-soldados da borracha (seringueiros que trabalharam na década de 40 na extração de látex). Ele disse estranhar a iniciativa no momento em que o governo acena com projetos sociais e busca uma melhor distribuição de renda.

Nabor Júnior declarou-se estarrecido com a decisão, que, segundo ele, prejudicou milhares de pessoas que hoje estão com mais de 60 ou 70 anos, muitas das quais doentes e sem condições de reiniciar sua vida. O senador lembrou que os aposentados recebem o benefício há muitos anos e disse estranhar a iniciativa de cancelamento das aposentadorias, já que até agora eram consideradas legais.



Nabor Júnior disse estranhar o corte no momento em que se busca melhor distribuição de renda

Afirmado que a medida é injusta e mostra “a falta de sensibilidade do Ministério da Previdência”, Nabor Júnior condenou, também, a forma pela qual as autoridades cancelaram as aposentadorias, exigindo dos traba-

lhadores documentos que comprovam que trabalharam na zona rural ou nos seringais, como notas fiscais de compra no comércio local.

— Isso é um absurdo. Como os trabalhadores iriam guardar, ao longo dos anos, notas comerciais? — indagou o senador, acrescentando que em muitas regiões do interior os documentos de compra e venda nem chegam a existir porque as transações são feitas pelo comércio informal.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), em aparte, informou que o problema também vem ocorrendo no Nordeste. Ela considerou o cancelamento das aposentadorias como “inaceitável” e acrescentou que o Ministério da Previdência deveria combater com rigor as aposentadorias fraudulentas e não retirar o benefício de quem tem direito.

Idoso internado poderá ter direito a acompanhante

O paciente idoso poderá ter direito a acompanhante durante a internação em hospitais contratados e conveniados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), segundo projeto apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). De acordo com a proposta, o acompanhamento para esses pacientes deverá ser “permitido e facilitado” nos hospitais públicos. A matéria, que será apreciada em caráter terminativo pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), modifica a legislação, que já previa cobertura de despesas de acompanhamento no caso de pacientes menores de 18 anos.

Ao justificar seu projeto, Luzia esclarece que os pacientes idosos são os principais usuários do SUS. Segundo dados do Ministério da Saúde citados por ela, são de idosos —

que representam 7,1% da população — 57% das internações realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Os maiores de 60 anos, informou a senadora, apresentam um coeficiente de internações da ordem de 19,2 internações por 1 mil habitantes por ano (contra 92,7 dos adultos e 52,6 das crianças e adolescentes) e permanecem internados, em média, 1,4 dia por ano (contra 0,5 dos adultos e 0,3 das crianças).

Luzia Toledo destacou o grau de dependência dos idosos, em geral similar ao das crianças, lembrando que nem o SUS, nem a lei que regulamenta os planos e seguros de saúde prevêm a cobertura de despesas de acompanhamento para pacientes idosos. “Este projeto de lei busca tornar legal e obrigatório o reconhecimento e a atenção a essa necessidade dos nossos idosos”, explicou.



Luzia Toledo, autora do projeto, destacou o grau de dependência dos pacientes mais velhos

DIA DO IDOSO

Através de projeto encaminhado à Comissão de Educação (CE), para decisão terminativa, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) propõe que seja instituído o Dia Nacional do Idoso, a ser comemorado em 27 de setembro em todo o território nacional. O objetivo da proposta, explicou o senador, é elevar a comemoração ao *status* de data nacional, neste ano internacional do idoso.

Luiz Estevão propõe dar nome de Prestes a rodovia

Foi encaminhado à Comissão de Educação, para decisão terminativa, projeto de lei de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que denomina o trecho da rodovia federal BR-020, situado entre as cidades de Brasília e Formosa (GO), de “Rodovia Luiz Carlos Prestes”. Também fica estabelecido que, para efeito de sinalização e informações visuais, será admitida a expressão abrevia-

da “Via Prestes”.

Na justificativa do seu projeto, Luiz Estevão lembrou que Luiz Carlos Prestes foi eleito senador em 1946 recebendo a maior votação conferida a todos os candidatos naquele pleito. Por convicções políticas, teve seu mandato cassado, foi exilado e sofreu torturas. Ele também foi a figura central da Coluna Prestes, que cortou o Brasil, na dé-

cada de 20, em oposição ao regime das oligarquias. A Coluna partiu de São Borja e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, até a Bolívia.

— Hoje não mais se discutem os matizes ideológicos de Luiz Carlos Prestes, que a história julgará. Está acima de qualquer divergência sua obstinação de lutar pelo ideal que escolheu como lema e motivação para a vida, sem medir sacrifícios. O “Cavaleiro da Esperança”, como definido por Jorge Amado, merece esta homenagem, ainda não prestada pela nação, por meio de seus colegas senadores — justificou Luiz Estevão.

CCJ discute restrições à criação de cães pit bulls

Membros da comissão discutem na reunião da próxima quinta-feira projetos dos senadores Leomar Quintanilha e Luiz Estevão. Um prevê a castração e o outro responsabiliza donos dos animais por danos causados a pessoas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deve decidir na quinta-feira o que fazer com os cães da raça pit bull no Brasil, optando por dois projetos em discussão: um proíbe terminantemente a criação desses cães e o outro admite sua criação, mas limita a circulação dos animais em locais públicos.

Um dos projetos, de autoria do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), além de proibir a criação, determina que todos os cães pit bulls sejam castrados em 90 dias e prevê até um ano de cadeia para quem for flagrado comprando ou vendendo esses cães, sejam eles de raça pura ou mestiços. O senador afirma que esses animais são agressivos demais e muitos se tornam "verdadeiros assassinos" depois de treinados por seus donos.

O outro projeto foi apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e estabelece que nenhum cão das raças pit bull, rottweiler, dobermann, fila ou mastin poderá circular nas ruas sem focinheira e seus donos devem "subjugá-los com coleira e corrente". Os donos serão responsabilizados criminal e civilmente pelos danos causados pelos animais.

As duas matérias são apenas uma parte das discussões desta semana da CCJ, que será de muito trabalho. Os senadores continuam a votação de projetos da reforma político-partidária e a primeira proposta em análise prevê a antecipação da posse de presidente, governadores e prefeitos do dia 1º de janeiro para 15 de dezembro do ano da eleição.

Também está na lista um projeto que aumenta o número de candidatos que os partidos podem apresentar nas eleições para deputado e vereador — passa de uma vez e meia para três vezes o número de vagas. O aumento busca compensar o fim das ligações. Outra proposta anistia os eleitores que não votaram no ano passado.

A agenda da CCJ prevê a discussão e votação de outros 14 projetos. Um deles, de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), busca proteger mulheres vítimas de atentados sexuais, determinando que os processos tenham de correr em segredo de Justiça.

Estarão ainda em discussão o projeto que trata do lançamento de esgotos nos rios e o que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, este apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A política procura reduzir ao mínimo os resíduos de lixo e aumentar a reciclagem, inclusive pela produção de adubos orgânicos. Entre outras coisas, ficará totalmente proibida a produção ou importação de pilhas e baterias à base de óxido de chumbo ou com altos teores de mercúrio e cádmio, metais pesados que, lançados nos lixões, poluem os lençóis subterrâneos de água.



A comissão deverá decidir votar os projetos de Luiz Estevão (no alto) e Quintanilha, que pretendem frear a onda de ataques de cães perigosos contra pessoas



CPI vai decidir amanhã se investiga denúncias contra Justiça de Mato Grosso

Em reunião administrativa marcada para às 17h de amanhã, os integrantes da CPI do Judiciário deverão decidir se vão investigar as denúncias de irregularidades feitas pelo juiz da 2ª Vara Cível de Cuiabá, José Leopoldino Marques Amaral. O magistrado, encontrado morto no início desta semana no Paraguai, carbonizado e com dois tiros na cabeça, havia denunciado desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso em um dossiê com mais de 400 páginas e várias fitas cassette.

Durante esta semana, alguns senadores externaram sua opinião sobre a decisão de incluir o caso do TJ de Mato Grosso entre os que estão sendo apurados pela CPI. O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), mesmo ressaltando que a definição só ocorrerá amanhã, antecipou que é favorável à investigação, devido à gravidade do episódio. A seu ver, a tendência da comissão é investigar as denúncias.



Os senadores da CPI do Judiciário têm nova reunião para decidir o que fazer com as denúncias

Já o relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), apesar de achar que os fatos são muito graves, tem dúvidas sobre a competência da comissão para apurar o assunto. Ele explicou que existe um limite constitucional para a investigação de casos relacionados a tribunais de Justiça estaduais. "A CPI só pode decidir pela inclusão do caso entre os que estão sendo investigados se tiver certeza que isto não é inconstitucional", defendeu.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também se pronunciou sobre o assunto. Na quinta-feira, ele defendeu a investigação, mesmo ressaltando que esta era uma posição pessoal e que a decisão deveria ser tomada pelos integrantes da CPI. Mesmo favorável à apuração do caso, o senador baiano não vê necessidade da comissão prorrogar o seu prazo de funcionamento.

Subcomissão de Cinema apresenta roteiro

O cronograma de trabalho e as atividades para o mês de setembro da Subcomissão do Cinema Brasileiro serão apresentados e analisados em reunião amanhã, às 17h30, após a Ordem do Dia. Na pauta da reunião, está prevista ainda a indicação dos suplentes da subcomissão.

Ligada à Comissão de Educação, a subcomissão foi criada em 15 de junho por iniciativa do senador Francelino Pereira (PFL-MG) com o objetivo de fazer um estudo da situação do cinema nacional. O senador, indicado relator, esclareceu que a subcomissão deverá "ser um marco no relacionamento do povo do cinema com as instituições, porque até agora esse pessoal só procurava o Executivo e nunca o Legislativo, quando se tratava de defender seus interesses".



Francelino propôs criar a comissão



Fogaça presidirá os trabalhos

Para o presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), a principal contribuição da iniciativa deverá ser indicar os caminhos que deverão ser seguidos para que o cinema nacional possa se firmar como indústria.

Inês de Portugal é atração na quarta-feira

O programa Cultura ao Meio-Dia, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, continua a Mostra de Novos Filmes Portugueses apresentando, na quarta-feira, o filme *Inês de Portugal*, primeiro longa-metragem do diretor José Carlos de Oliveira, produzido em 1996. A entrada é franca.

A co-produção de Portugal e Espanha conta a história do amor entre dom Pedro e Inês, interrompido em consequência de intriga política e em nome do interesse do reino. Pedro busca a vingança e o reconhecimento de Inês como sua mulher e rainha de Portugal.

Senado ouve Cade sobre fusão das cervejarias

A convite do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, e o secretário de Direito Econômico, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, farão uma exposição amanhã, às 17h, sobre os processos de fusão de empresas em curso no Brasil, entre eles o das cervejarias Brahma e Antarctica.

Também amanhã, às 10h, a CAE se reúne para examinar uma pauta de dez itens, entres eles, projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que autoriza os municípios a contratar operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas. Relator da matéria, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) é favorável, nos termos de um substitutivo.

Deverá ser votado ainda projeto do deputado Cunha Bueno dispondo sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada. O relator, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), tem parecer favorável. De autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) e com parecer favorável de Wellington Roberto (PMDB-PB), deverá ser examinado projeto dispondo sobre isenção temporária do IPI na aquisição de caminhões para transporte de cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos.

A CAE vai deliberar ainda sobre projeto de Edison Lobão (PFL-MA), com parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que altera a lei referente ao Imposto de Renda das pessoas jurídicas e à contribuição social sobre o lucro líquido.



Ney Suassuna convidou Gesner Oliveira para comparecer à CAE



Projetos de Rocha beneficiam motoristas de veículos de carga e de passageiros

Rocha propõe benefícios para motoristas profissionais

A Mesa do Senado encaminhou à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) dois projetos de lei de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que beneficiam motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros. Os projetos concedem o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas de caminhão e de ônibus, decorrente de acidente de trânsito e por ações tipificadas como crimes. Segundo o senador, os projetos preenchem um vazio da legislação, que não dá a devida proteção a esta categoria profissional. "Como nenhum benefício pode ser criado ou majorado sem a respectiva fonte de custeio, instituímos contribuição social adicional a cargo das empresas, mas com um diferencial: a dedução em dobro para fins do Imposto de Renda", explicou Sebastião Rocha. No caso de acidente de trânsito, o valor da aposentadoria por invalidez, devida ao segurado motorista profissional, seria acrescido de 30% quando a invalidez for decorrente de acidente de trânsito ocorrido durante o exercício profissional, ocasionado por defeitos na pista de rolamento, sinalização inadequada, ausência de proteção para o trânsito do veículo ou negligência do responsável pela manutenção. O acréscimo de 30% também valeria para a pensão por morte devida aos dependentes.

Saturnino pretende disciplinar envio de dinheiro para o exterior

Projeto estabelece que transferências de recursos pelas chamadas CC-5 só poderão ser feitas por instituições sediadas no Brasil e credenciadas pelo Conselho Monetário Nacional

As transferências internacionais de recursos por não-residentes no Brasil, através das chamadas contas CC-5, poderão ter que ser feitas obrigatoriamente por instituições financeiras sediadas no país e credenciadas para este fim no Conselho Monetário Nacional. É o que propõe o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), através de projeto de lei encaminhado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assun-

tos Econômicos (CAE).

O projeto prevê ainda que o número de instituições credenciadas para esse tipo de transferência não poderá ser superior a seis. Saturnino explicou que tomou a iniciativa para "evitar que o Brasil transforme-se em centro mundial de lavagem de dinheiro". Ele lembrou que a CPI do Sistema Financeiro constatou enormes prejuízos ao erário com as remessas pelas CC-5. Com isso, o senador

Roberto Saturnino diz que, com o projeto, pretende evitar que o país se torne um "centro mundial de lavagem de dinheiro"



acredita que será mais fácil controlar e acompanhar as remessas de dólares feitas por não-residentes para o exterior.

Heloísa anuncia consulta sobre pagamento da dívida externa

Um plebiscito sobre o pagamento da dívida externa deverá ser realizado no próximo ano, na celebração dos 500 anos do Descobrimento, pelas entidades de oposição, segundo informou sexta-feira, no plenário, a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela disse que a dívida externa é "imoral, injusta e ilegal", além de proporcionar custos sociais "inaceitáveis" para o país.

— Cabe a nós, como cidadãos soberanos, a responsabilidade histórica de convocar esse plebiscito e conclamar todos os cidadãos, inclusive os governantes, os políticos eleitos para cargos legislativos

Segundo Heloísa Helena, o endividamento externo e interno eleva "o número de excluídos, levando muitos brasileiros ao desespero e até à morte"



e os juízes, a darem sua palavra e nos ajudarem a decidir os caminhos mais certos para enfrentar o endividamento do Brasil — disse.

Para Heloísa Helena, "a dívida externa e a interna são responsáveis

pelo atraso das políticas sociais e ainda aumentam o número de excluídos, levando muitos brasileiros ao desespero e até à morte". Ela elogiou o chamado "Grito dos Excluídos", realizado em várias cida-

des brasileiras no dia 7 de setembro, com apoio das igrejas Católica e evangélicas e dos movimentos populares.

— O "Grito dos Excluídos" ocorre num momento de descontentamento da população devido à situação de desemprego, miséria, corrupção e impunidade. Há lutas populares por todo este país: a Marcha dos 100 Mil pelo Brasil, dizendo não à política de FHC, com a presença de centenas de movimentos de todo o país, a marcha popular pelo Brasil, a marcha pela educação, todos contando com a participação de vários setores sociais — afirmou a senadora.

Jucá defende programa de estímulo às exportações

Diante da previsão de especialistas econômicos de que as contas externas brasileiras continuarão a apresentar desequilíbrios constantes ainda por mais uma década, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a necessidade de o governo realizar um programa de curto prazo visando ao aumento das exportações.

Jucá registrou que, na opinião dos economistas, para o Brasil superar tais prejuízos, a economia teria de realizar, nos próximos dez anos, um esforço considerável em sua produção industrial a fim de poder aumentar as exportações e, assim, apresentar saldos crescentes em suas transações correntes.

Ele lembrou que em 1998 o Brasil teve um déficit de US\$ 6,4 bilhões nas transações comerciais. Mesmo assim, observou, algumas estimati-

vas sugerem que a economia brasileira tem todas as condições de, no máximo em três anos, "dar a volta por cima em seu desempenho internacional". Para Romero Jucá, os sinais de recuperação já começam a aparecer depois da desvalorização cambial, possibilitando a retomada dos investimentos pela indústria nacional.

— Ainda é cedo para saber quais serão as repercussões positivas dessa nova etapa do nosso desenvolvimento industrial no conjunto de nossa economia. De qualquer maneira, já fica a certeza de que os importados perderam sua força e continuarão a perder ainda mais. Portanto, a presença descontrolada desses produtos no contexto global da economia local já faz parte de um passado que não voltará mais — afirmou Jucá.

Bezerra acusa governo de eliminar direitos sociais

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou o empenho do governo Fernando Henrique em "promover mudanças na área trabalhista, desejando com isso reduzir ou eliminar o elenco de direitos sociais da classe trabalhadora, tão duramente conquistados". Essa estratégia de redução ou eliminação de direitos sociais estaria coerente com a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), acrescentou.

Ele lamentou que, em meio a problemas como o aumento do desemprego e do trabalho informal ou de reformas que "eliminam direitos dos trabalhadores da ativa e aposentados", o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, anuncie a intenção do Executivo de enviar ao Congresso mais duas emendas constitucionais que, segundo o senador, ferem direitos da classe trabalhadora.



Bezerra condena a insistência com que o governo FHC investe contra os direitos dos trabalhadores

Uma das emendas, explicou, pretende "introduzir a exigência de que direitos individuais dos trabalhadores, tais como férias e 13º salário, sejam submetidos à negociação coletiva". A outra estende para as micro e pequenas empresas o tratamento diferenciado na área trabalhista.

Dutra acusa governo de usar PPA para propaganda

Senador aponta disparidade entre promessa de investimentos em obras e retomada do desenvolvimento com compromisso de gastar 60 bilhões de dólares somente com juros e amortização da dívida

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou na sexta-feira a transformação do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) em uma peça de propaganda pelo governo, observando que assim o plano ficou “descolado do Orçamento”, tornando-se uma ficção.

Para o senador, não adianta estabelecer previsões que apontam para o desenvolvimento e para o crescimento se a política orçamentária aponta na direção contrária. “É impossível fazer com que o país venha a crescer se se mantém a previsão de pagar US\$ 60 bilhões por ano só com juros e amortização da dívida”, afirmou.

“O desenvolvimento ou o não-desenvolvimento do Brasil”, frisou Dutra,

“está amarrado à política econômica do dia-a-dia, que é a política econômica apresentada na proposta de Lei Orçamentária. E é aí que as coisas acabam se contradizendo, porque a Lei Orçamentária não bate com aquilo que é previsto no Plano Plurianual”.

Lembrando as alegações do governo de que não existem recursos para investir na economia, Dutra observou que, mesmo com o gasto de US\$ 60 bilhões no pagamento da dívida, existem outras fontes de investimento que poderiam ser utilizadas. Entre elas, citou os recursos do BNDES, que segundo ele vem sendo mal aplicados. Ele recordou que em 1998 92% dos recursos do banco foram para as grandes empresas, em

detrimento das pequenas empresas e criticou, também, a desproporção dos investimentos da instituição entre o Nordeste e o Sudeste:

— O problema é que, enquanto continuar a política econômica do governo nos moldes em que está colocada, não vai adiantar ficar fazendo previsões de PPA, de crescimento econômico, de queda de juros — disse o senador.

José Eduardo Dutra referiu-se ao discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o qual dissera que o presidente Fernando Henrique Cardoso é bem intencionado, para dizer que preferia o ditado popular segundo o qual “de bem-intencionados o inferno está cheio”.



Dutra criticou duramente o BNDES, que estaria investindo mais nas grandes empresas

Lauro afirma que Brasil vive “ditadura compartilhada”

“Existe no Brasil uma ditadura compartilhada entre o Executivo e o Legislativo”, afirmou na sexta-feira o senador Lauro Campos (PT-DF), estranhando declarações do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que teria condicionado a permanência do ministro Pedro Malan no governo a mudanças na política econômica num prazo de noventa dias:

— Se examino esse comportamento, como tenho feito, chego à convicção pronta e acabada de que existe uma ditadura compartilhada neste país: um ditador disfarçado no Executivo e um outro aqui, no Legislativo. A oposição deve se calar, não tem espaço para ela. O conflito passou para dentro dos Poderes — avaliou o senador petista.

O senador considerou artificial o debate entre desenvolvimentistas e monetaristas. Segundo sua análise, o ex-ministro Clóvis Carvalho “caiu porque levou o debate muito a sério, não entendeu que não era para valer”. Para Lauro Campos, “esse falso dilema está posto na sociedade para ocupar todo o espaço do discurso e não deixar a oposição aparecer”.

Para ele, a técnica do falso debate funciona tão bem que o regime militar de 1964 adaptou a fórmula. “Como quem está na cadeia não pode debater, a ditadura inventou uma divisão entre a chamada ‘linha dura’ e uma linha moderada, uma espécie de ‘democradura’. Toda vez que os democratas da ditadura sentiam alguma reação às suas imposições, ameaçavam com a ‘linha dura’, teorizavam muito pior. Assim impuseram medidas duríssimas”, disse ele.



Para Lauro, debate entre estabilidade e desenvolvimento visa obscurecer a oposição

Simon insiste que FHC errou ao escolher Tápias

A escolha de Alcides Tápias para ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), não foi oportuna e faltou ao presidente Fernando Henrique Cardoso sensibilidade na indicação. Para Simon, o empresário, que deve tomar posse no cargo amanhã, não está em consonância com um governo social-democrata:

— Ele não deveria ser ministro numa hora como esta em que se trava debate acerca do desenvolvimento ou da estabilidade. Vou rezar para que dê certo. Mas o presidente não podia colocar como símbolo do seu plano, de R\$ 1,1 trilhão, como símbolo do desenvolvimento que ele vai querer, um dos maiores banqueiros e um dos maiores empreiteiros — afirmou Simon da tribuna, na sexta-feira.

O senador destacou que em nenhum momento questiona a dignidade do indicado e até o considera um homem ilustre, um dos melhores banqueiros do país e um executivo que ajudou a melhorar a situação da construtora Camargo Corrêa. Simon acredita, porém, que Fernando Henrique Cardoso deveria ter escolhido “alguém que tivesse a sensibilidade que o próprio presidente tinha há algum tempo, quando o ex-presidente Itamar Franco convidou-o para ministro da Fazenda”.

Simon comentou ainda que o Bradesco, banco do qual Tápias foi dirigente, esteve envolvido no escândalo dos precatórios judiciais, investigado pelo Senado, e que a Camargo Corrêa é concessionária de diversas estradas e participou da privatização do setor elétrico em São Paulo.

QUEDA DE MINISTROS

O senador Pedro Simon rechaçou em seu discurso as insinuações de que teve responsabilidade na queda dos



Simon negou qualquer participação na demissão de ministros pelo presidente FHC

ex-ministros Luiz Carlos Mendonça de Barros (Comunicações) e Clóvis Carvalho (Desenvolvimento). Na sua opinião, os ministros foram os principais responsáveis pelas suas saídas do governo:

— Não tive nenhuma participação

em nada. É contra a minha natureza ter a pretensão ridícula de que eu tenha tido qualquer participação na queda do ministro Clóvis Carvalho — disse Simon da tribuna do plenário, ao admitir que os discursos, “mesmo os mais brilhantes e de maior profundidade”, não têm o poder de mudar votos.

Na opinião do senador, Mendonça de Barros renunciou por ter sido pego “em uma situação muito difícil”, ou seja, a gravação de suas conversas acerca do processo de privatização do sistema Telebrás. E, para Simon, o problema de Clóvis Carvalho foi que ele chamou não apenas o ministro da Fazenda, Pedro Malan, de covarde, como também o presidente da República:

— A política que está aí é a de Fernando Henrique Cardoso. Malan não tem vida própria. Não é como o ministro dos Transportes, que é um deputado do PMDB, ou como um ministro do PFL. É ministro de Fernando Henrique, sua política é a de Fernando Henrique.

Senador esclarece comentário sobre ACM

Ao fazer uma análise de seus últimos discursos sobre a substituição do ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, o senador Pedro Simon explicou que não quis criticar, na sessão de quinta-feira, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pelo fato de este não ter estado presente às sessões plenárias dos últimos dias 3 e 6:

— Eu quis dizer que ele fez falta na intermediação do diálogo com o presidente da República — esclareceu o senador que, entretanto, reconheceu ter cometido um equívoco ao cobrar a presença do presidente do Senado na frente de parlamentares franceses, que poderiam interpretar seu discurso de maneira diferente.

Para Simon, nos dias em que não há pauta nas sessões, não se pode cobrar de nenhum senador o fato de não estar no Senado. Ele acredita que o trabalho mais árduo desenvolvido pelo parlamentar é feito junto às suas bases, em seu estado:

— O parlamentar é um intérprete da sociedade. Aque-

le que ficar no Congresso e não for às suas bases corre o risco de não interpretar o pensamento dessas bases.

Simon disse ser autor de uma proposta que pretende melhorar o funcionamento do Congresso: os parlamentares trabalhariam em Brasília até esgotarem a pauta e, então, estariam liberados para passar o tempo que fosse necessário nos estados. Ele acredita que a medida traria até mesmo economia, já que, em vez de receberem quatro passagens aéreas por mês, deputados e senadores precisariam de apenas uma:

— Da maneira como está, passamos um terço do tempo no Senado, um terço na base e um terço no avião, viajando de lá para cá — afirmou Simon, que citou o exemplo de um deputado de Uruguiana que leva dez horas para chegar à cidade.

Para resolver esse problema, o senador disse ter tomado a iniciativa de trazer a família para Brasília, daí o fato de estar presente às sessões do início e do final da semana.

Viana critica pressão de laboratórios contra médicos

Senador classifica de “flagrante agressão” ao livre exercício da profissão carta da Abifarma alertando para uso de genéricos

Correspondência em que a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) responsabiliza os médicos por eventuais problemas decorrentes da troca de um medicamento de marca pelo seu genérico foi considerada “flagrante agressão” ao exercício profissional pelo senador Tião Viana (PT-AC).

Ele cobrou na sexta-feira providências do governo e dos conselhos de medicina para fazer cumprir a Lei nº 9.787, de 1999, que autoriza a substituição de remédios. Os genéricos, vendidos a preços mais baixos, devem estar no mercado dentro de cinco meses.

Tião Viana observou que matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* na quinta-feira destaca a reação do presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado e médico Paulo Pinheiro (PT), que deverá pedir à CPI dos Medicamentos que ouça os autores das cartas: além da Abifarma, o laboratório Novartis. O deputado pôs à disposição do público o telefone 0800-23-9191, que se destina a esclarecer dúvidas sobre a lei e informar o nome de genéricos que já estão no mercado.

O senador ressaltou ainda o editor-



Tião Viana lamentou que indústria pressione médicos, em prejuízo da população

al “Mercado e remédio caro”, publicado pela *Folha de S. Paulo* na quarta-feira, lembrando constatação do próprio jornal de que chega a até 600% a diferença de preços entre os 80 fármacos mais vendidos no país e produtos similares de vários laboratórios. O jornal informa que os remédios listados atendem a mais de 80% da demanda do mercado.

Lembrando sua condição de médico, Tião Viana lamentou que a indústria farmacêutica — que, segundo o senador, obteve no Brasil lucro de mais de R\$ 12 bilhões em um ano e é dominada

pelos multinacionais — esteja pressionando os médicos a não oferecer a opção dos medicamentos genéricos, quando grande parte da população enfrenta dificuldades financeiras para adquirir remédios.

O Código de Ética dos Médicos determina, conforme Tião Viana, que os profissionais devem trabalhar com ampla autonomia — não podendo, em qualquer circunstância, renunciar à liberdade profissional — e que a medicina não pode ser exercida como comércio.

O senador também comentou as informações sobre indícios de fraude fiscal em remessas no valor de R\$ 18 bilhões, mediante contas CC-5, prestadas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em depoimento à CPI do Sistema Financeiro. Segundo Viana, esses recursos deveriam ser utilizados para melhorar as condições de vida da população.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que ele próprio já utilizou várias vezes os medicamentos genéricos, que têm preços muito mais baixos, e expressou a esperança de que a lei seja cumprida e os médicos passem a prescrever esses remédios.

Jucá quer combate ao fumo desde ensino básico

A guerra contra o fumo só será vencida no terreno da informação. Essa é a convicção que tem orientado os esforços do senador Romero Jucá (PSDB-RR) para diminuir a incidência do vício de fumar entre os brasileiros maduros e evitar que os jovens se iniciem no consumo de cigarros:

— Precisamos persistir em abordar os adultos, oferecer-lhes trata-

mento e estimulá-los a abandonar o vício. Mas a nossa única chance de mantermos os jovens afastados do fumo será suprindo-os de informações capazes de esclarecê-los acerca das terríveis consequências desse vício — disse o senador.

Certo de que, embora importantes, as restrições à venda de cigarros a menores não são suficientes, e de que a proibição total do comércio de tabaco funcionaria como uma nova Lei Seca, Jucá inovou em projeto de sua iniciativa para combate ao tabagismo. Segundo disse em seu discurso, um dos dispositivos de maior relevância é o que obriga os ministérios da Saúde e da Educação a realizarem nas escolas de 1º e 2º graus atividades para divulgar os malefícios do cigarro no Dia



Jucá: “Única chance de manter os jovens afastados do fumo é pela informação”

Nacional de Combate ao Tabagismo (29 de agosto).

Além de proibir a venda de cigarros a menores de 18 anos, o projeto prevê o fim da venda de cigarros por unidade (picado) e em máquinas automáticas. Jucá propõe também que seja proibida a utilização de marcas, logomarcas, *slogans* ou quaisquer outros símbolos identificativos de

cigarros em vestuário, brinquedos ou artigos destinados ao público infantil.

O senador acha positivo observar que aumenta a cada dia a consciência dos efeitos do consumo do tabaco, mas lamenta que ainda não se possa comemorar vitórias significativas na luta contra o cigarro:

— Pelo mundo afora, uma verdadeira onda antitabagista toma conta das sociedades, mas milhões de pessoas em todo o Brasil ainda são prisioneiros desse vício terrível, que arrasta suas vítimas para as garras da bronquite, da úlcera gástrica, do enfisema pulmonar, do infarto do miocárdio, do derrame cerebral e dos diversos tipos de câncer — alertou o senador.

Alcântara pede campanha agressiva contra tabagismo

Ao destacar a comemoração do Dia Internacional de Combate ao Tabagismo, transcorrido no dia 29 de agosto, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou que, apesar das incessantes campanhas realizadas em todo o mundo, o vício continua arraigado em grande parte da população mundial:

— As indústrias tabageiras investem cerca de

US\$ 5 bilhões em propaganda. As campanhas governamentais não conseguem, especialmente em países subdesenvolvidos, gastar a mesma quantia para combater o tabagismo — disse o senador, acrescentando que a dependência do tabaco exige um tratamento adequado e demorado.

Segundo ele, a nicotina pode viciar tanto quanto o álcool ou a droga. No Brasil, disse Lúcio Alcântara, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca), são 30,6 milhões de fumantes, sendo que três milhões têm de cinco a 19 anos e, desse total, cerca de 30% morrerão de câncer.

Lúcio Alcântara enumerou algumas



Alcântara: dependência do tabaco exige tratamento adequado e demorado

das vantagens adquiridas pelos ex-fumantes:

— O abandono do vício traz resultados excelentes para o usuário. Depois de 20 minutos sem cigarro, a pressão sanguínea e a pulsação voltam ao normal; após duas horas, não há mais nicotina circulando no sangue; em oito horas, o nível de oxigênio no sangue se normaliza; de 12 a 24 horas, os pulmões já funcionam melhor — afirmou, esclarecendo que o cigarro provoca vários tipos de câncer, além de doenças coronarianas e pulmonares.

As despesas dos ministérios da Previdência e da Saúde, com pensões e aposentadorias ocasionadas por doenças causadas pelo fumo, chegam a R\$ 3,4 bilhões por ano, enquanto a arrecadação de impostos da indústria do fumo é de R\$ 2,2 bilhões. “Em resumo, para cada real arrecadado o governo gasta R\$ 1,35, proporção similar à de outros países, segundo estudos que estão sendo elaborados pela Organização Mundial da Saúde”, contabiliza o senador.

Eduardo busca apoio de Serra para o Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fez um apelo ao ministro da Saúde, José Serra, para que apoie a criação do Instituto Superior de Ciências Médicas do Tocantins. O parlamentar acredita que essa iniciativa “será um marco numa nova estratégia de atendimento médico à população mais pobre do país”.

O projeto do instituto, explicou o senador, prevê a formação de médicos “ao estilo de Cuba, onde os profissionais atendem as pessoas em suas casas, evitando as visitas aos hospitais e centros de saúde”. Eduardo Siqueira Campos destacou que, graças à adoção de alguns métodos de saúde pública desenvolvidos pelos cubanos, o estado do Tocantins conseguiu reduzir a mortalidade infantil de 36 para 20 óbitos por mil crianças:

— Os 50 médicos cubanos que, em virtude de convênio, atuam no Tocantins já demonstraram cabalmente a eficiência desse sistema de saúde pública, que beneficia exatamente as famílias mais carentes — frisou ele.

De acordo com o senador, sem o apoio da União, o estado do To-



Eduardo Siqueira Campos apelou ao ministro para apoiar Instituto de Ciências Médicas do estado

cantins não terá como criar o Instituto Superior de Ciências Médicas. Eduardo defendeu a necessidade de formas alternativas de atendimento para enfrentar a crise observada nos serviços médicos do país. Ele observou que, apesar dos esforços do ministro José Serra, “a saúde pública no Brasil, legado de décadas de abandono e negligência, continua um desastre”.



Silva Júnior participará em Londres de encontro da OIC

Silva Júnior vai a reunião dos cafeicultores

Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), o senador Silva Júnior (PMDB-PB) participará em Londres, no período de 20 a 24 de setembro, de encontros da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) e da 79ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café (OIC).

A pauta das reuniões inclui a entrada em vigor da prorrogação do Acordo Internacional do Café, de 1994; o estabelecimento da Conferência Mundial do Café; e mesa-redonda sobre café orgânico. Por nomeação do presidente da República, Silva Júnior foi empossado membro do Conselho Deliberativo da Política do Café, representando a Abic.